

QUANTO AO SALTO KAYABI AMEAÇADO PELA U H E.

As comunidades Kayabi e Apiaká, sitas no município de Juara, MT, vem comunicar que foram lesadas na demarcatória de suas terras, efetuada pela FUNAI em 1975, em base ao decreto de 1974, excluindo uma área de terra imprescindível à sua sobrevivência, destacando-se a região do Salto do Rio dos Peixes, de importância primordial. Mesmo assim não deixaram de habitar essas terras, continuando a ali buscar flechas na região, extraíndo seringa, procurando plantas medicinais somente aí encontradiças, pescando e caçando para alimentar suas famílias, visitando o lugar sagrado, onde mora o Pai deles, um grande pajé que se transformou em serpente, conforme contam.

Em 1978, no entanto verificaram a invasão nessa área, no lado dos Kayabi, pela Gleba do então Dep. Benedito Pinto Dias (Paranavaí - PR), que abria estradas e campos de pouso na terra dos Kayabi que ficara excluída de sua Reserva. Imediatamente foi encaminhado uma solicitação ao órgão tutor no sentido que fosse incorporada essa terra, garantindo-lhes o usufruto e posse exclusivas daquela terra, esse processo foi protocolado sob o nº 4114/78. Cartas e ofícios seguiram-se a isso.

Em 1982 expulsaram um tal de Cuiabano dos Apiakás e danificaram um trator de esteira que penetrava com uma estrada proibida na terra Kayabi. O delegado da 5ª DR- FUNAI e o presidente da CEMAT foram ao Tatui para obterem o acordo dos dois grupos para continuarem a estrada e eventuais projetos da UHE. Esclarecidos que não seriam prejudicados, as duas comunidades expuseram as suas exigências relativas ao uso exclusivo daquele território, para que fosse impedida a caça e pesca, extração de madeira, proibida a entrada de bebida alcoólica e movimentação de pessoal na terra deles. - e a estrada fosse controlada para que se entrasse pessoal de serviço e para o serviço da CEMAT.

Em maio de 1982 verificou-se que o marco de cimento número 2 da Reserva Indígena Kayabi fora arrancado violado (subtraíram as plaquetas de bronze nele fundidas). Na mesma oportunidade os Kayabi se apossaram dos móveis encontrados na casa feita pela CEMAT em sua terra, e enviaram comunicação escrita para a 5ª DR - Cuiabá. O órgão tutor, decorrido dois anos, nada fez além de enviar um ofício de intimação, no sentido de recuperar o marco de cimento Nº 2 violado.

No final de 1982 uma equipe da FUNAI visita a área para estudar o requerimento dos Kayabi e Apiaká para correção de suas Reservas; a equipe verifica in loco o início de uma picada demarcatória, feita pelos próprios índios, que deixaram como marco, esteios inscritos na beira da estrada.

Em 1983 há uma radicalização maior no sentido de os Apiaká e Kayabi impedirem a construção da UHE, que, ao contrário de esclarecidos pelo presidente da CEMAT no ano anterior, - que não prejudicaria as duas comunidades - viram na sua construção uma ameaça a eles mesmos, pois, além de ser destruído o flechal dos Kayabi, o lugar sagrado, também a caça e a pesca predatórias não estavam sendo impedidas pelos que abriram a estrada, e mesmo agressões ocorreram, como entrada de bebida alcoólica. Foi nesse ano que destruíram a casa feita pela CEMAT em suas terras, a mesma casa da qual anteriormente retiraram os móveis. Enviaram uma comunicação explícita, que não queriam a construção da UHE em sua terra. Fez-se ouvidos moucos, não se levando a sério a palavra do índio. Em nov./83 a empreiteira Andrade Gutierrez SA inicia penetração de estrada grande na terra deles e são impedidos por um grupo de guerreiros. Seguem-se conversações, há acordos após dois meses em que permitiriam a construção da UHE se demarcasse a área solicitada, sem deixar os compromissos acima citados; nessa ocasião as duas comunidades mereceram mais promessas. Enquanto a empreiteira inicia o cumprimento da sua parte no acordo - a FUNAI retira-se como tutora, não delegando a ninguém sua responsabilidade - encaminha o levantamento topográfico ao mesmo tempo que constrói o

rara anteriormente. Na segunda metade de 1984 a CEMAT apresenta o levantamento topográfico pedindo para os índios assinarem; os Kayabi assinam e os Apiaká não. Os primeiros na ilusão de que isso correspondesse à demarcação e garantia à terra, os últimos porque verificaram erros. Discussões seguem.

Já no início de 1985, na iminência de entrarem numerosos operários para a construção da barragem ameaçadora, os Kayabi e Apiaká tentam retomar as conversações no sentido de assegurarem seu direito. Mas a CEMAT e o próprio Governo se esquivam do interlocutor. Com essas tentativas frustradas, e percebendo a manipulação a que são submetidos, recorrem ao último recurso: com o apoio de mais doze comunidades indígenas do MT impedem a entrada dos trabalhadores, arriscando sua vida e declarando definitivamente: "Não!" à UHE e "Sim" ao Salto - lugar de origem de sua gente, esse lembra brevemente Cangerô, contando história dos Kayabi. Enquanto Nicolau Neto Nerimã e Raimundo Krivi recordam a de seu povo, Apiaká como segue.

SALTO DO RIO DOS PEIXES X UHE

História:

Pelo que contam os antigos, do tempo do Dilúvio (acho que o dilúvio não é só reconhecido pelos brancos), depois do dilúvio, a primeira existência dos Kayabi foi no Salto - fizeram três malocas, que os velhos lembram o nome. Por isso que os Kayabi, Apiaká e várias outras tribos ao redor do Norte do Mato Grosso consideram esse Salto como um lugar histórico grande. Primeiro lugar por causa do machado e o machado pertencia ao Kayabi. Então tinha um grande pajé que tomava conta desse machado. Então o machado só saía por intermédio dele, nem o próprio Kayabi não podia tirar sem ser por aquele pajé. Então muitas outras tribos caçavam um jeito de obter esse machado de pedra. Podia vir de muitas partes, do Norte, do Sul. Como fábrica de machado de ferro: boa. Por isso que o Salto é lugar sagrado. Esse é antigo.

E outro motivo, para a gente dizer que essa cachoeira é considerada como sagrada é que temos um pai lá, um grande pajé, que tem suas filhas lá conosco; ele se transformou em serpente, e mora vizinho acima do Salto. Era como dizer, um grande profeta. Se alguma dona queria ter criança, ele conseguia. Esse pajé não morreu, mas se transformou e todos os pajés tem comunicação com ele. E ele existe até o dia de hoje. Por isso aquele Salto é considerado como lugar sagrado para os Kayabi, também para muitas outras nações que o Salto é considerado, é História de nossos antigos, não é só dos Kayabi, mas também dos Balabá, dos Apiaká, e outros povos do Norte do Mato Grosso.

Como contam os velhos como passou, mas como contar que é viva. Se montar a UHE, acaba com o resto dos Kayabi, e o resto dos Apiaká também o resto de várias nações indígenas. Se quiser saber mais História dos antigos, é só falar com os mais velhos que podem contar para encher livros, só dessa região.

Kayabi e Apiaká virão juntos, depois que veio a separação. Agora vir de novo uma comunidade de Apiaká e

Kayabi novamente. A área habitada pelos antigos era todo o Rio dos Peixes, entre o Juruena e o Arinos e subia este até a altura das cabeceiras do Rio dos Peixes e o de lá emendava com o Teles Pires, cujas margens e córregos habitavam descendo até pouco acima do Rio Peixoto de Azevedo, e de lá se comunicava com o Rio dos Peixes subindo o córrego Iawari, o deste passavam às cabeceiras do Córrego do Coatá, afluente do Tatuí ou Ita'ñami (Rio dos Peixes ou Rio São Francisco).

A Primeira tomada de terras por parte dos brancos foi no Teles Pires, e de lá alguns se uniram ao do Tatuí, outros seguiram para o Xingú; até que vieram se reagrupar, os Kayabi, no Salto Kayabi, alguns acima - no Batelão, Córrego da Briga, outros para baixo - no Tatuí e isso ocorreu contemporaneamente à época em que a fazenda baiana foi flechada, e a CONOMAL começou a se estabelecer em seu território. De si os índios eram para matar o Willy na picada como Talyt conta até hoje - sorte dele que não apareceu. Depois tinha o seringaial do Benedito e do Marcelo Bruno... Depois tinha a medição (+-1955) da picada acima do Batelão e até hoje vive o agrimensor que é o João Piquete. Depois em 1966, os Trmãos Villas Boas tentaram retirar todos os Kayabi da sua terra, numa tal de "operação resgate". Parte deles concordaram (uns 30) os demais, como Yupari'up, não aceitaram, mas sim, preferiram continuar morando em sua terra. Agora viemos se alojar no Jaú, onde estamos até hoje. Já antes de 1975 era para fazer parte da Reserva a terra até o Córrego do Batelão, só que não pôde ser concedida, pois de que era terra dos demais, e propôs o Jaú como limite e hoje reconhece esse terreno.

Mato Grosso para integrar a área de terra entre os cursos do Ju ruena e Teles Pires, ao Norte do paralelo 9 20'. No início do século, com a exploração da borracha na região, eles se mudam mais para direção da Barra do São Manoel. Aí sofreram grande massacre na mão do carrasco lembrado com o nome de Paulo Cor reia, que dizimou a maior parte da sua população que ficara na beira, enquanto outros se refugiaram para as matas ao centro, , deixando o recado: "no dia em que o Paulo Correa morrer, podem nos procurar". Parece que o Paulo Correa está multiplicado. Os Apiaká restantes, 37 de uma nação que poucos anos antes somava mais de 2 500, se misturou com a população regional, com os Kayabi, Munduruku, Kokana, Mawé, e civilizado. A exploração em que viviam fez parte deles se lembrarem de sua terra de origem, e iniciaram a volta na década de 50 e foi nessa busca de um pa trão melhor (ou menos ruim) que foram encontrados por Dornstauder em suas viagens pelo Juruena e Arinos, que os convidou a se

ajuntar nos Kayabi do Rio das Lezírias. A proposta foi aceita e os Kayabi receberam como vizinhos novamente quem era e continua sendo parte de seu povo, de sua história, de sua terra: os Api aká. E nos últimos anos tem lutado ombro a ombro em defesa de sua terra, suas águas, sua vida. A luta atual pela preservação do Salto não é uma brincadeira mas é um grande risco como últi ma tentativa para poderem legar o mínimo de esperança a sua so brevivência para a geração nascente.

XX

Os índios que habitavam antes o Salto, que re ceberam em 1950 a visita de Dornstauder, foram os Kayabi e os Munduruku. Cada um deles tem uma língua e uma cultura próprias. Os Kayabi vivem nas margens do Rio das Lezírias e os Munduruku nas margens do Rio Juruena.

A intenção de Dornstauder de criar um grande povo indígena profanando as línguas e culturas indígenas, não se entendeu e não teve sucesso. Os Kayabi e os Munduruku mantiveram suas línguas e culturas.

A intensa preparação para a criação do Salto, em 1950, pelo Estado criou na população uma idéia falsa da realidade. Os indígenas reconheceram a existência do Salto, e a maioria deles, da Barra do São Manoel, não se interessou pela criação do Salto.

duas nações, uma profanação de um lugar sagrado, um genocídio lento premeditado. Será que o progresso do branco precisa como fundamento o túmulo dos índios?

Procura-se desmoralizar os índios dizendo que essas atitudes não são deles, mas que há gente que está incitando, inventando agora, para não construir a UHE, dizendo que o Salto é sagrado.

Dizem que há brancos instruindo os índios. Pergunta, o índios só tem direito de escutar mentira do branco, será que é proibido de saber sobre o seu direito, de explicar o direito que ele mesmo tem já bem antes de o branco começar a invadir as suas terras??? Quando se vai respeitar o direito que o índio tem? O que os índios receberam até agora em troca da terra que perderam para os brancos? Será que o branco só sabe oferecer bala, invasão, estatuto do índio que não cumprem, doenças, ameaças,...? Antigamente os índios só entre eles sabiam respeitar o direito de um e de outro. Os Kayabi não iam caçar na área dos Rikbaktsa, os Rikbaktsa não caçavam na terra dos Kayabi, assim se respeitava. O branco acabou com a cultura dos índios nesse processo.

Falam que vai ter vantagem para os índios

~~... e ...~~

A CEMAR e a Companhia de Energia do Mato Grosso tentaram nos enganar, não cumpriam com sua parte no acordo em que cedemos o Início das atividades mediante demarcação e garantia do direito exclusivo à área de terra que ficara excluída da Reserva, e em contrapartida o órgão estadual apresentou um levantamento topográfico como se fosse área demarcada para eles. Depois o Governo do Estado se negou a continuar a conversação, quando procurado pelos nossos representantes que vieram em Cuia há em Janeiro e Fevereiro deste ano.

Houve diversas firmas que prepararam o projeto da barragem. Essas firmas também levaram bebidas, não pagaram conforme o combinado a mão de obra...

por exemplo: faltou pagamento, em parte, da Engevix: Cr\$ 75.000 (setenta e cinco mil cruzeiros), da GEOTOP: Cr\$ 145.000 (cento e quarenta e cinco mil cruzeiros) - a primeira de 5 anos atrás e outra de 1981; outra firma, de Campo Grande ficaram devendo combustível, inclusive desrespeitaram a Reserva dos Índios, por tando armas de fogo na aldeia. Bom notar que ninguém pedia ser viço para eles, mas eles que ofereciam e não cumpriam com sua parte.

Também prometeram que não fariam o acampamento próximo ao Salto, mas iriam construir as moradias na cidade de Juara, o que não corresponde à verdade, confirmando que não me rece fé qualquer outra combinação.

Garantiram que poucas famílias iriam permane cer por lá e sabe-se que será bem mais do que o anunciado, mul tiplicando a agressão.

O acampamento está fora de onde foi marcado, que era para ser no aeroporto, fora da área em litígio, mas a briram mais pra baixo.

Já foi morto muito peixe e jacaré que o pes soal jogou na água, prejudicando a nossa saúde, que moramos mais embaixo e nela banhamos, e dele buscamos para nossa cozi nha - e tinha aqueles bichos apodrecendo na água. Se continuar assim, o que vai acontecer com nós? As baitacas que vivem no Salto, para onde é que vão?

Foi tirada madeira dessa área dos Kayabi para cercar casa de funcionários da Andrade Gutierrez SA em Juara.

Na tentativa de um acordo com a CEMAT, esta não cumpriu com sua parte de não ser introduzida a bebida al cólica, mas seus funcionários mesmos levaram para dentro; e um tal de Edgar, funcionário da CEMAT, chegou mesmo a agredir u ma menor Kayabi.

A CEMAT também não cumpriu com a exigência de não permitir a entrada de pescarias e matanças indiscriminada de animais, como ocorreu em prejuízo a essas comunidades, que

início, quando há pouca gente trabalhando foi assim, como não será depois?

Os engenheiros da CEMAT e da ANDRADE GUTIERREZ SA escondem informações precisas a respeito da construção dessa barragem, não informando sequer a altura da mesma, proporção de água a ser canalizada para a turbina. Nisso demonstram má fé.

Já houve o caso da UHE de Tucuruí, em que deslocaram os índios Parakanã de sua terra dizendo que alagaria a terra, e depois colocaram no lugar agricultores civilizados na área que era sempre habitada por esses índios. Esse exemplo já serve para nós índios, sem falar da Itaipú, dos problemas que trazem essas barragens.

Não queremos que mais índios sofram as consequências nefastas da construção da usina em suas terras e nas proximidades.

Essa arrumação da UHE já faz perder muitos dias de trabalho para nós, atrapalhou sensivelmente o ritmo de vida, como de outros índios que vem participando na luta com seu apoio a nós Kayabi e Apiaká.

Podem nos oferecer avião, o melhor edifício de Cuiabá, quantos milhões quiserem - vou rasgar todas as notas, porque isso não interessa. A nossa vida está no Salto é isso que interessa. Lá está nosso futuro!

É uma vergonha para o Governo Federal que fizeram o estatuto do índio que os índios não ajudaram a fazer, e eles não estão cumprindo. Nem o Governo não reconhece o direito dos pobres brancos. Em vez de ajudar a justiça em cima dos pobres brancos.

Sobre a parte da cultura indígena: Primeiro não passava fome. Agora sim, porque? Porque tem que se vestir, tem que se calçar ou a medicina dos brancos, os índios tinham as suas medicações, tinham a sua terra e caça e não tem mais - por isso que os índios passam fome: não tem mais a alimentação tinham o que era mais sadio ~~que os brancos~~

cupavam por causa do vestuário, do calçado, da medicina. O índio tinha sua medicina. Não conserva sua legítima cultura que tinha anos passados.

Já que fez tanta reclamação pela própria Lei, o estatuto do índio, no qual os índios nem participaram e o órgão federal não cumpre com sua parte de defesa dos direitos elementares - como é garantia da terra, como foi revelado no caso do marco de cimento - n. 2 da reserva indígena Kayabi, que foi arrancado, violado e até hoje os Kayabi aguardam uma solução do órgão tutor, que no máximo ofereceu promessas, de corridos 3 anos desde a primeira denúncia.

E mais. Esses dias foi escutado 4 vezes na Rádio Nacional uma ordem do Governador do Estado de Mato Grosso, Júlio Campos para que os comerciantes de Juara não vendessem mais nada para os índios, não dessem mais atendimento à saúde nos Hospitais da cidade e dizendo para que a FUNAI providenciasse assistência médica nas reservas - acirrando o conflito, indispondo a população contra os índios. Inclusive, a uns dez dias atrás mataram uma pessoa na cidade de Juara pensando que fosse Kayabi. O pessoal procura ameaçar os Apiaká e Kayabi com polícias do Governo, com pistoleiros contratados; além disso agridem pessoas amigas dos índios, José Pedro Dias (vulgo Zé Paraná) ameaçou expulsar de Juara o presidente da Comissão Pró-Índio de lá.

Enquanto isso a firma Andrade Gutierrez se reforça para entrar lá na área, conforme boatos, ameaçando seriamente as duas comunidades que pedem respeito a sua vida.

Obs: As três primeiras páginas constituem a introdução. As páginas seguintes correspondem ao relato dos representantes das comunidades Kayabi e Apiaká em passagem por essa capital.